



22 DE SETEMBRO DE 2017

Sexta-feira

- NOVOS PROJETOS DE LEI -NÚCLEO DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS - Nº 31. XIII . 21 DE SETEMBRO DE 2017
- 1,2 MILHÃO DE MEIS CORREM O RISCO DE TER REGISTRO CANCELADO ATÉ DEZEMBRO
- TEMER SANCIONA LEI PARA EMPRÉSTIMOS DO BNDES COM MENOS SUBSÍDIO
- GOVERNO LANÇA CONSULTA AO SETOR PRIVADO SOBRE NOVO PROCESSO DE IMPORTAÇÃO
- COMISSÃO REJEITA PROIBIÇÃO DE DUPLA COBRANÇA DE IPI NA IMPORTAÇÃO DE BENS INDUSTRIALIZADOS
- ACORDO ENTRE BRASIL E SUÍÇA SOBRE TROCA DE DADOS TRIBUTÁRIOS CHEGA AO SENADO
- RECEITA E CORREIOS ANUNCIAM NOVAS FORMAS DE PAGAMENTO DE TRIBUTOS DE IMPORTADOS
- FGV: CONFIANÇA DA INDÚSTRIA SOBE 0,1 PONTO EM SETEMBRO ANTE AGOSTO, DIZ PRÉVIA
- INDÚSTRIA DA TRANSFORMAÇÃO PUXA A GERAÇÃO DE EMPREGOS NO PARANÁ EM AGOSTO
- MEIRELLES VAI ENCAMINHAR NOVA LEI DE FALÊNCIAS, DIZ ASSESSOR
- MERCOSUL E UE DEVEM FECHAR ACORDO POLÍTICO ESTE ANO, DIZ EMBAIXADOR EUROPEU
- CONFIANÇA DO CONSUMIDOR SOBE 1,4 PONTO EM SETEMBRO ANTE AGOSTO, REVELA FGV
- TODAS AS REGIÕES DO PAÍS ABRIRAM VAGAS PELA PRIMEIRA VEZ NO ANO
- CAGED: SALÁRIO DE ADMISSÃO TEVE AUMENTO REAL DE 11,58% NOS ÚLTIMOS 12 MESES
- ARTIGO: EMPREGO DESPIORA, GOVERNO REZA
- MAGALHÃES: AINDA NÃO PODEMOS DIZER SE O SALDO DE EMPREGOS SERÁ POSITIVO EM 2017

- GREVE DOS CORREIOS ENTRA NO 3º DIA E TEM ADESÃO DE 21 ESTADOS E DF
- MEIRELLES SOBRE PRIVATIZAÇÃO DOS CORREIOS: ESTAMOS OLHANDO COM MUITO CUIDADO
- MEIRELLES AFIRMA QUE INVESTIDOR QUER ENTENDER MELHOR A RECUPERAÇÃO DO BRASIL
- RACHID E GUARDIA VOLTAM AO PLANALTO PARA NOVA REUNIÃO COM TEMER SOBRE REFIS
- TEMER TERÁ DE EXPLICAR A CONGRESSO SE DECIDIR NÃO VOTAR MP DO REFIS, DIZ RELATOR
- BASE SE ARTICULA PARA PRESSIONAR FAZENDA POR NOVO REFIS
- HORÁRIO DE VERÃO: INTERNAUTAS VÃO DECIDIR EM ENQUETE SE ELE ACABA OU CONTINUA
- PLANO NACIONAL DE LOGÍSTICA SERÁ LEVADO A CONSULTA PÚBLICA EM OUTUBRO
- MONTADORA SUL-COREANA SSANGYONG RETORNA AO BRASIL NO INÍCIO DE 2018
- SSANGYONG FAZ NOVO COMEÇO NO BRASIL
- DAF QUER DOBRAR A REDE DE CONCESSIONÁRIAS ATÉ 2022
- LIFAN SE DIZ PREPARADA PARA A ROTA 2030
- VOTORANTIM METAIS FAZ PEDIDO DE OFERTA DE AÇÕES EM NOVA YORK E TORONTO
- SECO OFERECE NOVAS FIXAÇÕES STEADYLINE PARA TRABALHOS COM GRANDES DIÂMETROS
- RICOH MODERNIZA FÁBRICA E AUMENTA PRODUTIVIDADE SUBSTITUINDO FERRAMENTAS METÁLICAS POR PEÇAS CUSTOMIZADAS E MAIS LEVES IMPRESSAS EM 3D

CÂMBIO EM 22/09/2017		
	Compra	Venda
Dólar	3,126	3,126
Euro	3,741	3,742

Fonte: Bacen

22/09/2017 – Fonte: FIEP

ÍNDICE

NOVOS PROJETOS DE LEI FEDERAL

INTERESSE GERAL DA INDÚSTRIA

REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA

DIREITO DE PROPRIEDADE E CONTRATOS

Ampliação dos valores das modalidades licitatórias para obras e serviços

PL 8474/2017 do deputado Rogério Silva (PMDB/MT)

Simplificação da dissolução de sociedades

PL 8534/2017 do deputado Julio Lopes (PP/RJ)

Criação do Comitê de Auditoria nas sociedades anônimas

PL 8563/2017 do deputado Carlos Bezerra (PMDB/MT)

DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

Destinação de 5% da receita da União para investimento em pesquisa

PEC 359/2017 do deputado Roberto Freire (PPS/SP)

Vedação de contingenciamento do FNDCT

PLS-C 315/2017 do senador Otto Alencar (PSD/BA)

ACORDOS INTERNACIONAIS DE COMÉRCIO

Aprovação de Acordo entre o Brasil e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

PDC 767/2017 da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da CD

Ratificação de Acordo de mútua Isenção de Vistos entre Brasil e Emirados Árabes Unidos

PDC 768/2017 da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da CD

MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Condições mais favoráveis de parcelamento para as micro e pequenas empresas

PLP 420/2017 do deputado Jorge Côrte Real (PTB/PE)

RELAÇÕES DE CONSUMO

Vedação da obsolescência programada

PL 7875/2017 da deputada Mariana Carvalho (PSDB/RO)

QUESTÕES INSTITUCIONAIS

Instituição de regras para aumento da eficiência na Administração Pública

PL 7843/2017 do deputado Alessandro Molon (REDE/RJ)

Parcelamento de débitos na fase de execução

PL 8394/2017 do deputado Lelo Coimbra (PMDB/ES)

Realização de intimação judicial por meio de aplicativo de mensagem eletrônica

PL 8401/2017 do deputado Vinicius Carvalho (PRB/SP)

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

DISPENSA

Revogação das inovações sobre a homologação da rescisão contratual e formas de dispensa

PL 8413/2017 do deputado Marco Maia (PT/RS)

Demissão por justa causa na reincidência de crime de violência doméstica e familiar

PL 8432/2017 da deputada Gorete Pereira (PR/CE)

Proibição do trabalho da gestante ou lactante em locais insalubres

PL 8500/2017 do deputado Marco Maia (PT/RS)

Afastamento da empregada gestante ou lactante da atividade laboral em locais insalubres

PL 8511/2017 da deputada Benedita da Silva (PT/RJ)

OUTRAS MODALIDADES DE CONTRATOS

Fixação da cota de 50% para contratação de mulheres nas empresas de prestação de serviços

PL 8431/2017 da deputada Gorete Pereira (PR/CE)

BENEFÍCIOS

Revogação do parcelamento de férias

PL 8414/2017 do deputado Marco Maia (PT/RS)

Negociação das férias laborais

PL 8492/2017 do deputado Heuler Cruvinel (PSD/GO)

REGULAMENTAÇÃO DE PROFISSÕES

Regulamentação de profissões na área de informática

PLS 317/2017 do senador Gladson Cameli (PP/AC)

RELAÇÕES INDIVIDUAIS DO TRABALHO

Não integração ao salário da ajuda de custo

PL 8395/2017 do deputado Lelo Coimbra (PMDB/ES)

Criminalização do preconceito ou consultas que exponham o empregado

PL 8415/2017 da deputada Laura Carneiro (PMDB/RJ)

Revogação da força de lei da negociação coletiva

PL 8501/2017 do deputado Marco Maia (PT/RS)

Revogação dos parâmetros para indenização por danos extrapatrimoniais

PL 8544/2017 do deputado Cleber Verde (PRB/MA)

CUSTO DE FINANCIAMENTO

Limitação das taxas de juros cobradas pelas instituições ofertantes de crédito

PLS-C 311/2017 do senador Lindbergh Farias (PT/RJ)

INFRAESTRUTURA

Inclusão da regulação do serviço de praticagem nas competências da ANTAQ

PL 8535/2017 do deputado Julio Lopes (PP/RJ)

SISTEMA TRIBUTÁRIO

OBRIGAÇÕES, MULTAS E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIAS

Regulamentação dos critérios especiais de tributação para prevenção de desequilíbrios da concorrência

PLP 416/2017 do deputado Evandro Gussi (PV/SP)

INFRAESTRUTURA SOCIAL

SEGURIDADE SOCIAL

Modificação das alíquotas referentes à contribuição da Seguridade Social

PL 8393/2017 do deputado Lelo Coimbra (PMDB/ES)

INTERESSE SETORIAL

INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA

Instituição da política de substituição dos automóveis movidos a combustíveis fósseis

PLS 304/2017 do senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Proibição da comercialização e importação de carros movidos a óleo diesel e gasolina automotiva

PL 8402/2017 do deputado Vinicius Carvalho (PRB/SP)

INDÚSTRIA DA MINERAÇÃO

Sustação do Decreto Presidencial que extinguiu a RENCA - Reserva Nacional do Cobre e Associados

PDS 169/2017 do senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES)

PDS 170/2017 do senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

PDS 171/2017 do senador Paulo Rocha (PT/PA)

PDC 752/2017 do deputado Arnaldo Jordy (PPS/PA)

PDC 753/2017 do deputado Décio Lima (PT/SC)
PDC 754/2017 do deputado Carlos Zarattini (PT/SP)
PDC 755/2017 do deputado Afonso Florence (PT/BA)
PDC 756/2017 do deputado Helder Salomão (PT/ES)
PDC 757/2017 do deputado Valadares Filho (PSB/SE)
PDC 759/2017 do deputado Alessandro Molon (REDE/RJ)
PDC 762/2017 do deputado Reginaldo Lopes (PT/MG)
PDC 769/2017 do deputado Zé Geraldo (PT/PA)

INDÚSTRIA DE BEBIDAS

Proibição da venda de bebidas alcoólicas em postos de gasolina
PL 8487/2017 do deputado Sergio Vidigal (PDT/ES)

NOVOS PROJETOS DE LEI ESTADUAL

MEIO AMBIENTE

Institui o mês "junho verde", dedicado à realização de ações de promoção da preservação ambiental, conscientização e incentivo da população sobre os cuidados com o meio ambiente

PL 437/2017 de autoria do Deputado Anibelli Neto (PMDB)

Determina que as empresas que pretendam participar de licitações com o Estado do Paraná em atividades potencialmente poluidoras a apresentar certidão negativa de passivos ambientais

PL 527/2017 de autoria do Gilberto Ribeiro (PRB)

INFRAESTRUTURA SOCIAL

Dispõe sobre a fixação de etiquetas em braile das informações contidas nas gôndolas de padarias, supermercados e estabelecimentos similares do Estado do Paraná

PL 442/2017 de autoria do Deputado Professor Lemos (PT)

INFRAESTRUTURA

Obriga o fornecimento ao consumidor de nota ou cupom fiscal pelas concessionárias de pedágio no Estado do Paraná

PL 524/2017 de autoria do Deputado Márcio Pacheco (PPL)

INTERESSE SETORIAL

INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA

Dispõe sobre a obrigatoriedade da especificação e divulgação da quantidade de calorias, presença de glúten e lactose nos cardápios de bares, restaurantes, hotéis, fast-foods e similares

PL 447/2017 de autoria do Deputado Marcio Pacheco (PPL)

REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA

Dispõe sobre a proibição de publicidade de bebidas alcoólicas nas vias públicas do Estado do Paraná

PL 538/2017 de autoria do Deputado Missionário Ricardo Arruda (PEN)

1,2 milhão de MEIs correm o risco de ter registro cancelado até dezembro

22/09/2017 – Fonte: G1

A poucos dias do fim do prazo, programa de parcelamento de dívidas recebeu adesão de apenas 46 mil de um total de 2 milhões de microempreendedores com débitos com a Receita.

Cerca de 1,2 milhão de microempreendedores individuais, os chamados MEIs, podem ter o registro cancelado até dezembro e, conseqüentemente, perder o CNPJ, por inadimplência e não cumprimento das regras do programa, disse ao **G1** o secretário Especial da Micro e Pequena Empresa do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e

Serviços, José Ricardo Veiga. O número representa 16% dos mais de 7 milhões de MEIs registrados no país.

Segundo o secretário, dos cerca de 2 milhões de MEIs com débitos com a Receita Federal, cerca de 1,3 milhão se enquadram atualmente nas condições previstas pela legislação para cancelamento do registro: 2 anos consecutivos de não pagamento da guia de recolhimento mensal e de omissão da declaração anual das operações comerciais.

O MEI foi criado em 2009 para incentivar a formalização de pessoas que trabalham por conta própria e até hoje nunca foi feita nenhuma suspensão ou cancelamento do registro de devedores. Há anos, o percentual de inadimplência tem se mantido ao redor de 60% e, segundo a Receita, o saldo devedor atual dos MEIs é de cerca de R\$ 1,7 bilhão.

O número de novos MEIs tem aumentado em cerca de 1 milhão por ano e superou neste mês a marca de 7,4 milhões de pessoas.

A avaliação do governo, entretanto, é que o número de mais de 7,4 milhões de MEIs está inflado. "Acreditamos que tem hoje mais de 1 milhão de inativos", afirma Veiga, citando as possibilidades de retorno ao emprego com carteira assinada, abandono do negócio ou mero desconhecimento das obrigações ao fazer o registro.

Etapas antes do cancelamento

Para "limpar" a base de cadastro, o governo federal lançou em julho um programa de parcelamento de débitos em até 120 meses para oferecer uma oportunidade de regularização antes da publicação da primeira lista de cancelamentos. O prazo para fazer o pedido termina no dia 2 de outubro.

Segundo a Receita Federal, até o dia 18 de setembro, a adesão ao programa somava apenas 46.652 pedidos, o que correspondia a um total de R\$ 86,3 milhões em parcelamentos.

O governo espera que o número de adesões possa chegar a 100 mil até o fim do prazo. "Se chegarmos a 100 mil vamos ter ainda 1,2 milhão MEIs que vão estar no alvo para serem cancelados", estima o secretário especial da Micro e Pequena Empresa.

Veiga explica que antes da publicação da primeira leva de cancelamentos, será feita uma suspensão do cadastro dos inadimplentes por 30 dias. Durante esse período, os MEIs com débito terão uma última chance para evitar a perda do CNPJ, mas sem as vantagens do programa de parcelamento de débitos.

"Só ao final disso a gente vai fazer o cancelamento, acreditando que quem passar dessa peneira toda é porque realmente já está inativo e não está operando com o seu CNPJ", diz o secretário.

A primeira leva de cancelamentos deverá ocorrer antes do final do ano. "A Receita Federal está aguardando o encerramento do prazo de adesão ao parcelamento especial para proceder a exclusão dos CNPJ dos MEIs que apresentarem irregularidade tributária", informou o Fisco.



José Ricardo Veiga, secretário Especial da Micro e Pequena Empresa do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Foto: Divulgação/Mdic)

Apesar do "pente-fino" em curso, o secretário afirma que o programa não tem fins de arrecadação e que a limpeza da base de cadastros ajudará no aperfeiçoamento do MEI.

"Quem perde ao ficar inadimplente é o próprio microempreendedor, porque perde as vantagens de cobertura previdenciária", destaca.

No ano de 2016, essa fonte de arrecadação garantiu R\$ 1,51 bilhão aos cofres públicos, segundo a Receita. As vantagens oferecidas pelo programa, entretanto, implicam numa renúncia fiscal equivalente à arrecadação. Para 2017, a Receita estima uma renúncia tributária de R\$ 1,55 bilhão com o MEI.

"Para o governo, o MEI é uma política muito mais de cidadania empresarial. Não é exatamente uma renúncia fiscal", afirma o secretário. "O MEI trouxe para dentro da arrecadação do Tesouro algo que estava na informalidade e ficava à margem da cobrança", continua.

CATEGORIAS MAIS COMUNS DE MEIS

Atividade	Número de cadastros
Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	673.457
Cabeleireiros	572.419
Obras de alvenaria	316.418
Lanchonetes e similares	213.359
Minimercados, mercearias e armazéns	181.514
Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar	165.955
Bares e similares	161.764
Outras atividades de tratamento de beleza	157.477
Instalação e manutenção elétrica	151.694
Demonstração de produtos e distribuição de material promocional	147.411

Fonte: Portal do Empreendedor

Como funciona o MEI

O MEI foi lançado em 2009 para incentivar a formalização de trabalhadores como doceiros, camelôs, manicures, cabeleireiros, eletricitas, donos de pequenos bares e lanchonetes, entre outros. Com o registro, o trabalhador passa a ter CNPJ e a emitir notas fiscais, atuando como uma empresa, o que também facilita financiamentos e aluguel de máquinas de cartão de débito e crédito.

Além disso, o microempreendedor tem garantido benefícios da Previdência como auxílio-doença, salário-maternidade e aposentadoria por idade, mediante pagamento mensal de pouco mais de R\$ 50.

Para se tornar um MEI, trabalhador tem de ganhar até R\$ 60 mil por ano (R\$ 5 mil por mês), não ter participação em outra empresa e ter até um empregado. A partir de 2018, o limite de faturamento anual subirá para R\$ 81 mil, o equivalente a R\$ 6.750 mensais.

O recolhimento de tributo é mensal e pago em guia única. O valor é de 5% do salário mínimo, referente a contribuições previdenciárias, e R\$ 5 de ISS para o município, se a atividade for serviço, ou R\$ 1 de ICMS para o Estado, se for comércio ou indústria. Os valores atuais variam entre R\$ 47,85 e R\$ 53,85.



Série do G1 conta histórias de empreendedorismo na crise

Empreendedorismo por necessidade

Ainda que seja uma oportunidade de formalização de trabalhadores, o crescimento do número de MEIs também reflete a forte destruição de vagas no mercado formal de trabalho e o chamado empreendedorismo por necessidade.

Dados da Serasa Experian mostram que, de cada 10 empresas abertas atualmente no país, 8 são constituídas por microempreendedores individuais. Em 2010, essa natureza jurídica respondia por apenas cerca de 44% dos nascimentos de empresas.

E a tendência é que o número de MEIs continua a crescer em meio às dificuldades de recolocação no mercado formal e ao número ainda elevado de trabalhadores que seguem à margem da formalização.

A participação dos trabalhadores por conta própria na população ocupada avançou de 22% em 2012 para 25% em 2017, para um total de 22,6 milhões de pessoas no trimestre encerrado em julho, segundo dados do IBGE. Ou seja, um número 3 vezes maior do que o de MEIs registrados.



Cadastro no MEI é alternativa para empreendedores em meio à crise, diz Sebrae

Como parcelar os débitos

A solicitação do parcelamento deve ser feita pela internet, através do Portal do Empreendedor ou do Portal do Simples Nacional.

As dívidas acumuladas até maio de 2016 poderão ser parceladas em até 120 prestações, que deverão ter valor de pelo menos R\$ 50. Para débitos de boletos vencidos após maio de 2016, o parcelamento será de, no máximo, 60 meses.

Para solicitar a adesão ao programa, o inadimplente deve apresentar a Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-Simei) relativa aos respectivos períodos de apuração.

O aplicativo irá calcular a quantidade de parcelas de forma automática, considerando o maior número de parcelas possível. O valor de cada parcela mensal será acrescido de juros da taxa Selic mais 1%, relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

De acordo com a Receita, o pedido de parcelamento:

- deverá ser apresentado das 8h do dia 3 de julho até às 20 horas do dia 2 de outubro de 2017;
- abrange a totalidade dos débitos exigíveis;
- independe de apresentação de garantia;
- implica confissão irrevogável e irretratável da totalidade dos débitos;
- será considerado automaticamente deferido depois de decorridos 90 dias da data de sua protocolização, caso não haja manifestação da autoridade concedente
- o valor de cada parcela em atraso será acrescido de juros da taxa Selic mais 1%, relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado
- a falta de pagamento de três parcelas, consecutivas ou não, ou a existência de saldo devedor após a data de vencimento da última parcela, cancela o benefício
- Na hipótese de boletos posteriores a maio de 2016 também em atraso, o parcelamento em até 120 prestações deve ser requerido antes do ordinário, para garantir que os débitos até maio de 2016 sejam parcelados com o prazo especial de 120 meses.

Caso a dívida esteja com a exigibilidade suspensa em decorrência de discussão administrativa ou judicial, informou a Receita, o microempreendedor individual deverá, até 2 de outubro de 2017, comparecer à unidade da Receita de seu domicílio tributário para comprovar a desistência expressa e irrevogável da impugnação ou do recurso interposto, ou da ação judicial.

Temer sanciona lei para empréstimos do BNDES com menos subsídio

22/09/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Fachada do prédio do BNDES no Rio

O presidente Michel Temer sancionou a lei que institui a TLP (Taxa de Longo Prazo), nova referência para os empréstimos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) nesta sexta-feira (22).

A TLP, que substituirá gradualmente a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), havia sido aprovada pelo Congresso no início do mês, seguindo então para sanção presidencial. A nova taxa balizará o custo dos financiamentos pelo BNDES, que passará a contar com menos subsídios da União, dentro de esforços para buscar o reequilíbrio das contas públicas e elevar a potência da política monetária.

A TLP será composta pela variação da inflação medida pelo IPCA e por taxa de juros real prefixada mensalmente de acordo com o equivalente ao rendimento real das Notas do Tesouro Nacional-Série B (NTN-B).

NOVA POLÍTICA DE JUROS

Entenda a diferença entre a TJLP e a TLP

COMO É

TJLP

Taxa de Juros de Longo Prazo

É usada como referência para empréstimos do BNDES. É definida pelo Conselho Monetário Nacional

A base de cálculo é a meta de inflação e o risco-país. A decisão, porém, também é influenciada por questões políticas

A diferença entre o custo de captação e os juros cobrados pelo BNDES acaba sendo subsidiada pelo Tesouro

COMO FICA

TLP

Taxa de Longo Prazo

O que é



Nova taxa de juros para operações de crédito do BNDES contratadas a partir de jan.18

Cálculo

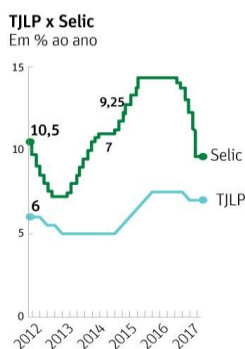


A taxa será corrigida mensalmente pelo Banco Central com base na variação do IPCA + rendimento real da NTN-B

Efeito



Após 5 anos, a TLP será idêntica ao juro da NTN-B, um dos títulos do Tesouro mais negociados no mercado



Fonte: Banco Central e BNDES

Governo lança consulta ao setor privado sobre Novo Processo de Importação

22/09/2017 – Fonte: MDIC

O governo federal realiza, a partir de hoje e pelo prazo de 30 dias, consulta pública sobre o Novo Processo de Importação, no âmbito do Programa Portal Único de Comércio Exterior. A reformulação, que deve ser implementada até o fim de 2018, beneficiará mais de quarenta mil importadores.

A proposta, construída em estreita parceria com o setor privado, objetiva estabelecer procedimentos que darão maior eficiência e celeridade ao processo de importação, além de viabilizarem o controle mais eficaz e efetivo das operações.

As sugestões apresentadas por meio da consulta serão tecnicamente analisadas pela equipe técnica do Programa Portal Único de Comércio Exterior e, caso pertinentes, consideradas durante a próxima etapa do Projeto.

As propostas devem ser encaminhadas no formato ".doc" ou ".docx" para consulta@siscomex.gov.br. Clique [aqui](#) para mais informações.

O Novo Processo

Uma das novidades previstas no Novo Processo de Importação é a criação da Declaração Única de Importação (Duimp), que substituirá as atuais Declaração de Importação (DI) e Declaração Simplificada de Importação (DSI).

Diferentemente do que ocorre hoje, a Duimp poderá ser registrada antes mesmo da chegada da mercadoria ao país e, em regra, de forma paralela à obtenção das licenças de importação. Conforme as informações sejam prestadas antecipadamente, procedimentos como o de gerenciamento de riscos poderão ser adiantados, garantindo maior celeridade ao fluxo da carga.

Para evitar redundância ou inconsistência na prestação de informações, a Duimp será integrada com outros sistemas públicos e também estará preparada para integração com sistemas privados. Desta forma, não será mais necessário que o importador acesse diversos sistemas.

O Novo Processo também apresenta benefícios para os importadores que realizam operações sujeitas a licenciamento. Será possível, por exemplo, o emprego de uma única licença para mais de uma operação de importação, ao contrário do que ocorre atualmente.

De maneira geral, os principais benefícios para os importadores são:

- Centralização num único local da solicitação e obtenção de licença de importação, sem a necessidade de o operador acessar outros sistemas ou preencher formulários em papel;
- Validação automática entre a operação autorizada (no módulo de licenciamento de importação) e os dados declarados na Duimp;
- Redução de tempo e burocracia nas importações com anuência;
- Flexibilização da concessão de licenças de importação em relação ao número de operações abrangidas;
- Diminuição do tempo de permanência das mercadorias em Zona Primária, com a consequente redução de custos das importações;
- Harmonização de procedimentos adotados pelos diversos órgãos da Administração Pública responsáveis pelo controle das importações.

Portal Único de Comércio Exterior

O Programa Portal Único de Comércio Exterior, principal iniciativa do governo federal para a desburocratização e simplificação do comércio exterior brasileiro, vem sendo construído de forma gradual e progressiva. O Novo Processo de Exportação já está disponível e sendo utilizado pelos operadores privados. Conforme suas diferentes etapas são entregues, mais exportadores podem usufruir dos benefícios do novo processo, cuja implantação completa está prevista para o final deste ano.

Comissão rejeita proibição de dupla cobrança de IPI na importação de bens industrializados

22/09/2017 – Fonte: Câmara dos Deputados



Enio Verri apresentou parecer pela rejeição da proposta

A Comissão de Finanças e Tributação rejeitou o Projeto de Lei Complementar (PLP) [23/15](#), que pretendia evitar a dupla incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nas operações de importação: no desembaraço aduaneiro e na saída do estabelecimento do importador.

A proposta, apresentada pelo deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), será arquivada. Ele explica que a atual redação do Código Tributário Nacional (CTN - Lei [5.172/66](#)) prevê a cobrança do IPI nas duas situações.

Bezerra, no entanto, sustenta que o Superior Tribunal de Justiça (STJ), desde 2004, já traz o entendimento de que, no caso de importação de produto industrializado, não pode haver dupla incidência do imposto sem que o produto passe por novo processo

de industrialização no estabelecimento do importador. Segundo ele, a ideia da proposta era adaptar o texto legal ao entendimento pacificado pelo STJ.

Porém, o parecer do relator, deputado Enio Verri (PT-PR), foi pela inadequação financeira e orçamentária do projeto, "uma vez que não se encontra instruído com a estimativa da renúncia de receita e medidas compensatórias cabíveis", conforme exige a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar [101/00](#)).

- Íntegra da proposta:
- [PLP-23/2015](#)

Acordo entre Brasil e Suíça sobre troca de dados tributários chega ao Senado

22/09/2017 – Fonte: Senado Notícias



O Senado vai analisar os termos de acordo internacional firmado entre o Brasil e a Suíça para facilitar a troca de informações tributárias entre os dois países. O Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 486/16 foi aprovado nesta quinta-feira (21) pelos deputados e será enviado ao Senado em breve.

Ao encaminhar o acordo, por meio da Mensagem 128/16, o governo brasileiro informa que o texto leva em conta preocupações do Ministério da Fazenda com fraude e evasão fiscal.

Pelo texto aprovado, os dois países se ajudarão com informações relevantes para a recuperação e a execução de créditos tributários e, se for o caso, para a instauração e instrução de processo judicial relativo a matéria tributária.

O acordo determina, por exemplo, que os países deverão assegurar que suas autoridades possam obter e fornecer, mediante solicitação, informações detidas por bancos, instituições financeiras e qualquer pessoa agindo na condição de representante, inclusive agentes ("nominees") e fiduciários ("trustees").

A autoridade competente do país que receber um pedido de esclarecimentos deverá encaminhar prontamente as informações solicitadas. Caso não seja possível informar dentro de 90 dias, o país explicará os motivos ou a natureza dos obstáculos encontrados.

Por fim, estabelece que o país que receber um pedido de informação poderá se recusar a prestar assistência quando a solicitação não for feita em conformidade com o acordo. Além disso, não estará obrigado a obter ou fornecer informações que o país requerente não poderia obter sob suas próprias leis.

Receita e Correios anunciam novas formas de pagamento de tributo de importados

22/09/2017 – Fonte: Tribuna PR

Uma medida implementada pela Receita Federal, em conjunto com os Correios, vai permitir que brasileiros passem a pagar os impostos que incidem sobre as remessas

vindas do exterior com cartão de crédito ou internet banking por meio de boleto bancário. Hoje, quando uma encomenda excede o valor de isenção (US\$ 50), é exigido que o destinatário compareça a uma agência dos Correios para pagar em dinheiro o tributo devido e só então receber a mercadoria.

A alíquota do imposto de importação, de 60% sobre o valor do bem destinado a pessoa física que não ultrapasse os US\$ 500, não muda. Alguns Estados ainda cobram ICMS. A novidade foi anunciada nesta quinta-feira, 21, pelo subsecretário de Aduana e Relações Internacionais da Receita, Ronaldo Medina, e entrará em funcionamento dentro de 30 dias por meio do "Portal do Importador" que estará disponível no site dos Correios. A expectativa é que o sistema esteja em plena operação ao longo dos próximos seis meses, a partir da adesão dos contribuintes.

A estimativa dos Correios é que a iniciativa diminua em pelo menos dez dias o tempo de entrega das encomendas, que hoje é de até 40 dias no caso de remessas regulares (não expressas) a contar da data em que chega ao Brasil.

A mudança será possível porque as declarações de importação de remessas (DIRs) passarão a ser eletrônicas – hoje, o desembarço de 200 mil volumes ao dia é feito manualmente. Serviços postais do mundo todo transmitirão as informações das mercadorias para os Correios, que usará esses dados para calcular o tributo devido.

A partir daí, o contribuinte importador receberá uma carta avisando sobre a necessidade do cadastro no Portal do Importador. É lá que ele poderá gerar o boleto bancário ou inserir os dados do cartão de crédito para quitar o débito e liberar a mercadoria, que será entregue no endereço de destino. Depois do cadastro inicial, os demais avisos de novas remessas poderão ser feitos por meio eletrônico.

Outra vantagem é que a Receita vai auferir de forma mais precisa o valor do bem importado para então cobrar o tributo. Hoje em dia, há casos em que os contribuintes reclamam da taxaço, que não estaria de acordo com o valor pago efetivamente pela mercadoria.

Já no próximo mês, a troca de informações entre os serviços postais vai conseguir atingir cerca de 90% das remessas, que têm origem em países já com sistemas informatizados. Quando o país de origem mandar as informações em papel, servidores dos Correios no Brasil serão os responsáveis por inserir esses dados no sistema.

Segundo Medina, a mudança é importante porque o comércio eletrônico internacional está se expandindo e já responde praticamente por um terço do consumo das pessoas. O volume de remessas postais importadas cresceu 65,87% no primeiro semestre deste ano em relação a igual período de 2016, e todas essas operações envolviam o desembarço com documentos em papel. "Buscamos a modernização desse modal de remessas internacionais para facilitar as operações tanto na importação quanto na exportação", afirmou o subsecretário.

A implementação do sistema vai permitir inclusive a identificação dos importadores pelo CPF ou CNPJ e, assim, saber se ele tem direito a algum tipo de isenção (como pesquisadores). Hoje detectar esse direito é difícil, uma vez que o procedimento de desembarço das mercadorias é manual. Outra vantagem é que contribuintes que importam mercadorias restritas, como medicamentos, poderão anexar diretamente no Portal do Importador os documentos que comprovam a regularidade da compra, como receita médica.

Outra inovação é que os bens importados por meio das remessas postais poderão ser comercializados, algo que era vedado antes.

Os Correios também vão poder ampliar seu raio de ação. Antes, importações acima de US\$ 3 mil (que são abrangidas pelo regime comum de tributação) não podiam ser

feitas pelo serviço postal, mas a restrição foi retirada pela Receita Federal. O Fisco também derrubou o teto de US\$ 50 mil para exportações por meio das remessas postais. "Isso coloca o Brasil no comércio eletrônico, vai incentivar as exportações", afirmou Medina.

"Com certeza teremos aumento de operações. Nas exportações, teremos muita oportunidade com quebra do limite de US\$ 50 mil. Isso gerará incremento de faturamento. Gostaria que pelo menos dobrasse", disse o vice-presidente de Operações dos Correios, Miguel Martinho. Nas importações, a expectativa é que a receita do órgão suba 150%.

FGV: Confiança da indústria sobe 0,1 ponto em setembro ante agosto, diz prévia

22/09/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Confiança da Indústria (ICI) apurado na prévia da sondagem de setembro teve avanço de 0,1 ponto em relação ao resultado fechado de agosto, informou a Fundação Getúlio Vargas (FGV) nesta sexta-feira, dia 22. Se confirmado, o indicador alcançou 92,3 pontos em setembro. Com o resultado, o índice retornaria ao nível de maio deste ano, após recuperar-se da perda ocorrida em junho.

O Índice da Situação Atual (ISA) recuou 0,4 ponto na prévia, para 89,6 pontos, enquanto o Índice de Expectativas (IE) aumentou 0,7 ponto, para 95,1 pontos.

O resultado preliminar de setembro indica ainda queda de 0,1 ponto percentual no Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) da indústria, de 74,1% em agosto para 74,0% em setembro.

A prévia dos resultados da Sondagem da Indústria abrange a consulta a 783 empresas entre os dias 4 e 19 de setembro. O resultado final da pesquisa será divulgado no próximo dia 29.

Indústria da Transformação puxa a geração de empregos no Paraná em agosto

22/09/2017 – Fonte: Bem Paraná

A Indústria da Transformação foi a principal responsável pela geração de empregos no Paraná em agosto, com a criação de 2.123 vagas de trabalho formal, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgada nesta quinta-feira (21).

Para se ter uma ideia do que isso representa, se forem somadas e subtraídas todas as admissões e demissões do estado ao longo do mês, o resultado final fica positivo em 1.180. Ou seja, foi a indústria paranaense que equilibrou a balança.

O Comércio também teve resultado positivo, com a abertura de 709 novas vagas, seguido dos Serviços, que criaram 432 empregos. Os outros cinco setores tiveram desempenhos negativos, puxados, principalmente, pela Construção Civil, que fechou 1.592 postos.

A Administração Pública teve saldo negativo de 324 vagas, A Agropecuária, de 138, os Serviços Industriais de Utilidade Pública, de 26, e a Extrativa Mineral, de 4.

O salário médio de admissão no Paraná em agosto foi R\$ 1.457,51. Em julho, havia ficado em R\$ 1.458,32.

Meirelles vai encaminhar Nova Lei de Falências, diz assessor

22/09/2017 – Fonte: Tribuna PR

O chefe da Assessoria Especial do Ministério da Fazenda, Marcos Mendes, disse nesta quinta-feira, 21, que quando o ministro Henrique Meirelles voltar de Nova York a pasta vai encaminhar ao Congresso a nova Lei de Falências e Recuperação Judicial.

De acordo com o assessor, que falou hoje durante palestra que fez no seminário “Desafios Fiscais no Próximo Mandato”, organizado pelo Centro Macro Brasil da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a Lei de Falências visa a agilizar a falência daquelas empresas que não têm jeito e que não se sustentam e também e facilitar a recuperação daquelas que estão passando por momentos inadequados dando a elas maior acesso a crédito e com poder maior dos credores para definir o destino destas empresas.

O assessor especial da Fazenda citou uma lista extensa de medidas que estão sendo adotadas pela equipe econômica tanto no campo macro como no micro e que já estariam surtindo efeitos, expressos na retomada da economia.

Em um contraponto ao economista do Banco Safra, Carlos Kawall, que o antecederia ao microfone, Mendes disse que “precisamos, sim, do crescimento para o ajuste fiscal”. Para tal, disse ele, a reforma da Previdência é importante bem como é importante também a reforma previdenciária dos Estados.

Pelo lado da União, Mendes disse que as despesas estão sendo fortemente reduzidas e que de 2015 para 2016 elas tiveram um crescimento de apenas R\$ 8 bilhões. O problema, de acordo com o assessor da Fazenda, está mesmo nas receitas, que caíram R\$ 92 bilhões na passagem de 2015 para 2016. “Temos que fazer o ajuste gradual via redução dos gastos”, sugeriu o assessor especial de Meirelles.

De acordo com ele, para as despesas ficarem dentro do teto o governo precisara da reoneração tributária e das reformas. Ele disse que o governo está reduzindo os subsídios explícitos com base no Proex e custeio agropecuário.

Disse também que com as privatizações o governo vai reduzir despesas via capitalização das estatais. De acordo com o assessor da Fazenda, só com a devolução dos R\$ 180 bilhões do BNDES ao Tesouro, a dívida pública será reduzida em 2 pontos percentuais do PIB.

Mercosul e UE devem fechar acordo político este ano, diz embaixador europeu

22/09/2017 – Fonte: Tribuna PR

Mercosul e União Europeia mantêm a previsão de anunciar o fechamento de um acordo político no final deste ano, disse nesta quinta-feira, 21, o chefe da Delegação da União Europeia no Brasil, João Gomes Cravinho. “Esse é o objetivo”, afirmou. “Ainda há muito trabalho a fazer, mas mantemos o otimismo e mantemos uma dinâmica negocial muito boa.”

O embaixador participou nesta noite do lançamento do Mapa de Investimentos Bilaterais Brasil – União Europeia, elaborado pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil) em parceria com a Delegação Europeia. Os dados mostram que o Brasil é o principal destino dos investimentos da União Europeia na América Latina, com estoque de 327 bilhões de euros. Na via contrária, o Brasil responde por 68,5% dos investimentos latino-americanos na Europa e possui um estoque de 127 bilhões de euros investidos lá.

“Os números são um indicador da teia rica de relacionamento entre o Brasil e a Europa”, disse o presidente da Apex, embaixador Roberto Jaguaribe. “Isso, quando

mais bem conhecido, ajuda a consolidar a causa da relevância de fazer-se um acordo comercial." Ele comentou que, apesar dos 17 anos de negociação lenta, o quadro atual permite otimismo quanto ao fechamento do acordo. Jaguaribe pretende lançar o mapa também na Europa.

O mapa mostra que 20% do comércio de bens do Brasil e 44% das transações em serviços passaram pela União Europeia. O País é o terceiro destino de investimentos europeus fora do bloco, perdendo apenas para Estados Unidos e Suíça. Os setores que mais atraíram recursos da Europa para cá são o de extração mineral, com 35%, e serviços financeiros e seguros, com 18%.

Dos recursos investidos pelo Brasil na Europa, 76,8% estão em serviços financeiros e seguros. Segundo o relatório, "a maior parte desse estoque possui participação de centros financeiros offshore, que prestam serviços de investimento para não residentes."

Confiança do consumidor sobe 1,4 ponto em setembro ante agosto, revela FGV

22/09/2017 – Fonte: Tribuna PR

A confiança do consumidor subiu 1,4 ponto em setembro ante agosto, na série com ajuste sazonal, informou na manhã desta sexta-feira, 22, a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Com o resultado, o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) ficou em 82,3 pontos.

A alta interrompe a sequência de três quedas consecutivas, puxadas pelo agravamento da crise política em maio, com a divulgação da delação do empresário Joesley Batista, um dos sócios do grupo de proteína animal JBS, envolvendo o presidente Michel Temer.

"O resultado parece estar relacionado a uma ligeira melhora na percepção sobre o mercado de trabalho e no gradual afastamento do risco de crise política. Isso, no entanto, não parece ter sido suficiente para alterar o perfil ainda cauteloso do consumidor", afirmou Viviane Seda Bittencourt, Coordenadora da Sondagem do Consumidor, em nota oficial.

Em setembro, a satisfação dos consumidores com a situação atual ficou estável, enquanto as expectativas para os meses seguintes mostraram recuperação após três meses de quedas. O Índice de Situação Atual (ISA) teve ligeira alta de 0,2 ponto, para 70,9 pontos, enquanto o Índice de Expectativas (IE) avançou 2,2 pontos, para 91,1 pontos.

O subitem que mede a satisfação dos consumidores com a situação econômica atual teve alta de 0,7 ponto em setembro, recuperando 70% das perdas acumuladas nos últimos três meses. Já o indicador que mede o otimismo em relação à economia nos próximos seis meses avançou 5,9 pontos, para 110,9 pontos.

Em setembro, a confiança avançou em três das quatro faixas de renda pesquisadas. A maior alta foi registrada nas famílias com renda mais elevada, acima de R\$ 9.600,00 mensais. A Sondagem do Consumidor coletou informações de 1.830 domicílios em sete capitais, com entrevistas entre os dias 1º e 19 de setembro.

Todas as regiões do País abriram vagas pela primeira vez no ano

22/09/2017 – Fonte: Tribuna PR

As cinco regiões do país empregaram mais do que demitiram no mês de agosto, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged),

divulgado nesta quinta-feira, 21, pelo Ministério do Trabalho. É a primeira vez que isso ocorre em 2017.

O Nordeste foi a região que registrou a maior abertura de vagas (19.964). De acordo com o coordenador-geral de Estatísticas do Ministério do Trabalho, Mário Magalhães, isso se deve às contratações na agricultura na região, somado ao movimento geral do comércio e serviços. O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, que participaria da coletiva, não chegou a tempo porque seu voo de São Paulo a Brasília atrasou.

Das 27 unidades da federação, 19 registraram saldo positivo. São Paulo e Santa Catarina foram os Estados com melhor desempenho, com saldo de 17.320 e 6.130 respectivamente.

Caged: salário de admissão teve aumento real de 11,58% nos últimos 12 meses

22/09/2017 – Fonte: Tribuna PR

O salário médio de admissão com carteira assinada aumentou 11,58% acima da inflação, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, divulgado nesta quinta-feira, 21, pelo Ministério do Trabalho. Em agosto, o valor alcançou R\$ 1.495. No acumulado do ano, o ganho real é de 5,3%.

No entanto, ainda é significativa a diferença em relação ao salário de demissão, que alcançou R\$ 1.709 em agosto. "O volume de pessoas que permanecem procurando emprego no mercado ainda é bastante elevado. O salário médio de admissão está sendo valorizado, mas a aproximação com o de demissão ainda não é sentida pela forte oferta de mão de obra", afirmou o coordenador-geral de Estatísticas do Ministério do Trabalho, Mário Magalhães.

Ele ressaltou que há um movimento cada vez maior de generalização na geração de empregos em vários setores e regiões.

Artigo: Emprego despiora, governo reza

22/09/2017 – Fonte: Folha de Paulo

O copo do emprego com carteira ainda está meio vazio. Por cinco meses consecutivos, até agosto, houve mais contratações do que demissões, inédito desde 2014. Melhor assim, mas vai ser um milagre que o ano feche no azul, com mais empregos na CLT do que em 2016.

"Quem tiver uma vela pode acender, quem tiver Ave Maria pode rezar", disse Mário Magalhães, coordenador-geral de estatísticas do ministério do Trabalho, sobre o saldo do ano, ao apresentar os dados do Caged (o registro do emprego formal). Nesta semana, em mensagem de vídeo para evangélicos, Henrique Meirelles, ministro da Fazenda, também apelara aos céus, em particular em outubro, "mês de oração pela economia".

Haja reza. Apesar das despioras, havia em agosto 3,1 milhões de empregos com carteira a menos do que em agosto de 2014, início da recessão. Na conta não estão empregos que deixaram de ser criados. Um chute conservador sugere que devemos estar com um deficit de 5 milhões de empregados com CLT.

A melhorzinha do ano tem um tanto de ilusória. O número de empregados com CLT ainda é 1,4% menor que em agosto de 2016. Em setembro e outubro, as contratações tendem a inflar: são trabalhos temporários para a produção que será vendida no período de festas. Em dezembro, há demissões em massa dos temporários, como em qualquer ano, bom ou ruim. Difícil que o saldo seja positivo.

Ainda assim, é pecado desprezar a despiora. Onde apareceu trabalho? Em 2017, foram criados 163,5 mil empregos. Na agricultura, 115 mil. De serviços de educação, médicos e odontológicos, vieram outros 106 mil, impressionante, dado o peso desses setores no emprego total (uns 10%). A construção civil continua a perder empregos ao ritmo de 10% ao ano, de longe o pior setor.

O Nordeste ainda está no vermelho. A região e o desastre sem fim do Rio de Janeiro levam as estatísticas para baixo. No azul estão São Paulo, o Sul e, com peso positivo desproporcional, Mato Grosso e Goiás, Estados da agropecuária, grande responsável por tirar o país do buraco.

Também positivo, a estabilidade no emprego formal deve contribuir para abater o medo de consumir, se diz em relatório dos economistas do Bradesco.

De 2014 a 2017, no geral as famílias pagaram dívidas e pouparam, em parte por medo do futuro (o consumo caiu bem mais do que a renda), um caso raro no país, observa o pessoal do banco. A inadimplência subiu relativamente menos do que em outras crises.

Pelos dados do Banco Central, enfim começou a cair o serviço da dívida (parte da renda usada para pagar juros e o principal do débito). Menos dívida, aumento da renda real (inflação menor), menos medo da crise e queda dos juros devem elevar o consumo daqui em diante, diz o pessoal do Bradesco, como se especulava nestas colunas em agosto. Os economistas, Daniela Cunha de Lima, Igor Velecico e Fernando Honorato Barbosa, colocaram números nessa especulação.

"A queda de juros deve promover alívio de R\$ 40 bilhões no comprometimento de renda até dezembro 2018. Aliado à redução dos gastos com amortização..., podemos observar um alívio de mais de R\$ 70 bilhões na renda das famílias até o final de 2018, quase 1% do PIB", escrevem os economistas.

(Vinícius Torres Freire – Colunista da Folha).

Magalhães: ainda não podemos dizer se o saldo de empregos será positivo em 2017

22/09/2017 – Fonte: Tribuna PR

Mesmo com a abertura de 35.457 vagas formais em agosto, ainda não é possível dizer se o saldo de empregos será positivo em 2017, afirmou o coordenador-geral de Estatísticas do Ministério do Trabalho, Mário Magalhães.

Ele ressaltou que dezembro é um mês que sazonalmente registra muitas demissões, principalmente pelo desligamento na indústria e comércio depois das festas de fim de ano. "Quem tiver uma vela, pode acender, pode rezar uma ave-maria para o saldo ser positivo", brincou.

No acumulado dos oito primeiros meses deste ano, foram abertas 163.417 postos de trabalho. Nos últimos 12 meses, no entanto, o resultado ainda é negativo, com o fechamento de 544.658 vagas.

Greve dos Correios entra no 3º dia e tem adesão de 21 estados e DF

22/09/2017 – Fonte: G1

A greve dos Correios entrou em seu terceiro dia nesta sexta-feira (22) com a adesão de mais um estado, o Acre. Assim, de acordo com a Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (Fentect), a paralisação atinge 21 estados e o Distrito Federal.

De acordo com a entidade, a paralisação é parcial, com redução de funcionários nas agências. Mas a adesão tem aumentado nos locais em que foi declarada greve, segundo a federação. A paralisação afeta principalmente a área de distribuição. Dos 31 sindicatos ligados à Fentect, somente dois ainda não realizaram assembleia: Rondônia e Roraima.

As agências franqueadas não estão participando da greve. Atualmente, são mais de 6.500 agências próprias dos Correios pelo país, além de 1 mil franqueadas.

A paralisação envolve os trabalhadores dos sindicatos de Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, São Paulo (Campinas, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Vale do Paraíba e Santos), Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais (MG, Juiz de Fora e Uberaba), Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul (RS e Santa Maria), Sergipe e Santa Catarina.

Levantamento parcial dos Correios realizado na manhã de quinta mostra que 91,65% do efetivo total no país estava trabalhando, o que corresponde a 99.504 empregados. Na quarta, o balanço da estatal mostrava que 93,17% do efetivo total estava trabalhando, o que correspondia a 101.161 empregados. Portanto, os números indicaram que houve aumento da adesão de funcionários.

Esse número é apurado por meio de um sistema eletrônico controlado pelos gestores da empresa, que monitora as ausências dos funcionários. Segundo a Fentect, na quinta-feira, a ferramenta teve um problema na sua operação, o que pode ter afetado o controle de quantos empregados estavam efetivamente em greve.

Motivos e negociações

Segundo a Fentect, foram mais de 50 dias de negociação, sem sucesso. Entre os motivos da greve estão o fechamento de agências por todo o país, pressão para adesão ao plano de demissão voluntária, ameaça de demissão motivada com alegação da crise, ameaça de privatização, corte de investimentos em todo o país, falta de concurso público, redução no número de funcionários, além de mudanças no plano de saúde e suspensão das férias para todos os trabalhadores, exceto para aqueles que já estão com férias vencidas.

A Fentec reitera que a greve foi o último recurso e que está aberta a negociação, pois entende a importância que os Correios têm para o país e que sua luta é contra o sucateamento de serviços e por melhores condições de trabalho. A entidade afirma que "está tentando junto aos Correios, Tribunal Superior do Trabalho (TST) e governo alternativas para o conflito".

Além da Fentect, outra federação representa os trabalhadores da categoria, a Federação Interestadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras dos Correios (Findect). A entidade diz que ainda está negociando com a empresa. A Findect tem 5 sindicatos filiados, que incluem os estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

A entidade defende a necessidade de ouvir a íntegra da proposta de acordo coletivo de trabalho 2017/2018 para então realizar assembleias, marcadas para o dia 26 de setembro.

Os Correios informam que nas localidades onde há paralisação já colocou em prática seu plano de continuidade de negócios para minimizar os impactos à população.

A estatal diz que continua disposta a negociar com os sindicatos que não aderiram à paralisação para que o acordo coletivo seja assinado e considera que a greve "desqualifica o processo de negociação e prejudica o esforço realizado por todos os empregados durante este ano para retomar a qualidade e os resultados financeiros da empresa".

Crise nos Correios

Os Correios enfrentam uma severa crise econômica e medidas para reduzir gastos e melhorar a lucratividade da estatal estão em pauta.

Nesta quinta-feira (21), o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, admitiu que existe a possibilidade de privatizar os Correios, mas afirmou que ainda "não há uma decisão tomada", já que "isso é uma coisa que tem que ser tratada com muito cuidado".

Nos últimos dois anos, os Correios apresentaram prejuízos que somam, aproximadamente, R\$ 4 bilhões. Desse total, 65% correspondem a despesas de pessoal.

Em 2016, os Correios anunciaram um Programa de Demissão Incentivada (PDI) e pretendia atingir a meta de 8 mil servidores, mas apenas 5,5 mil aderiram ao programa.

Os Correios anunciaram em março o fechamento de 250 agências, apenas em municípios com mais de 50 mil habitantes, além de uma série de medidas de redução de custos e de reestruturação da folha de pagamentos.

Em abril, o presidente dos Correios, Guilherme Campos, afirmou que a demissão de servidores concursados vinha sendo estudada. Segundo ele, os Correios não têm condições de continuar arcando com sua atual folha de pagamento e contratou um estudo para calcular quantos servidores teriam que ser demitidos para que o gasto com a folha fosse ajustado.

Em março, o ministro das Comunicações, Gilberto Kassab, afirmou que, se a empresa não promovesse o "equilíbrio rapidamente", "caminharia para um processo de privatização".

A estatal alega ainda que o custeio do plano de saúde dos funcionários é responsável pela maior parte do déficit da empresa registrado nos últimos anos. Hoje a estatal arca com 93% dos custos dos planos de saúde e os funcionários, com 7%. Os Correios tentam negociar com os sindicatos um corte de até dois terços das despesas de custeio.

Meirelles sobre privatização dos correios: estamos olhando com muito cuidado

22/09/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou nesta quinta-feira, 21, que o governo está analisando uma eventual privatização dos Correios. Ele destacou que o tema merece cuidado especial, sobretudo pelo caráter de monopólio do serviço prestado pela companhia à sociedade.

Na quarta, o ministro Moreira Franco, da Secretaria-Geral da Presidência, disse em Nova York que a venda dos Correios está sendo analisada pelo governo e seria oportuno que ela passasse para o controle do setor privado, devido à dramática situação financeira da empresa.

Para o ministro, uma possível abertura de capital dos Correios "poderia ser boa alternativa, pois é um primeiro passo" do acesso da empresa ao setor privado.

"Mas a prioridade da privatização é o bom serviço e garantia de investimentos", comentou Meirelles. Para o ministro, este princípio também se aplica para outras empresas que o governo espera privatizar, como a Eletrobras, e também do Aeroporto de Congonhas.

"Na privatização da telefonia, o mais importante foi o serviço disponível ao público", apontou o ministro.

Segundo Meirelles, "não estamos em processo decisório sobre privatização da Infraero", especialmente porque tal tema merece estudo especial devido "à grande quantidade de aeroportos no País".

Meirelles afirma que investidor quer entender melhor a recuperação do Brasil

22/09/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou que investidores com quem esteve reunido em evento promovido pelo Bank of America Merrill Lynch em Nova York estavam interessados em ouvir análises sobre a evolução da economia brasileira. Segundo ele, este grupo de executivos administra no total cerca de US\$ 12 trilhões em ativos.

"Os investidores querem entender melhor a recuperação do Brasil", destacou o ministro, apontando que eles queriam ouvir detalhes sobre as perspectivas de retomada da economia, inclusive para o próximo ano.

De acordo com Meirelles, os gestores ficaram especialmente interessados na melhora do consumo no Brasil, fato que ocorreu com o aumento da renda disponível das famílias motivada pela queda da inflação.

O ministro também apontou que os investidores quiseram ouvir dele sobre o cenário da aprovação de reformas pelo Congresso neste ano. "Disse que a reforma da Previdência será aprovada, que tem grande chance de ocorrer", apontou.

Meirelles destacou que informou aos investidores quais deverão ser os próximos passos da Câmara dos Deputados, que primeiro vai analisar a segunda denúncia contra o presidente Michel Temer realizada pela procuradoria-geral da República e depois passará a avaliar a proposta de reforma da Previdência Social.

Segundo o ministro, ele comentou aos investidores que a aprovação da reforma da Previdência é de interesse dos partidos que podem assumir o governo a partir de 2019.

Rachid e Guardia voltam ao Planalto para nova reunião com Temer sobre Refis

22/09/2017 – Fonte: Tribuna PR

O secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, e o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Eduardo Guardia, retornaram nesta noite ao Palácio do Planalto para uma nova reunião com o presidente Michel Temer para tentar uma definição em torno da Medida Provisória que cria o novo Refis. O ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, e o líder do governo na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), também estão presentes.

Depois de uma primeira rodada de reuniões pela manhã para discutir a MP do Refis, programa de parcelamento tributário para devedores da União, não houve acordo, mas segundo uma fonte do Planalto, a tendência de Temer é acatar o posicionamento da equipe econômica e possivelmente deixar a MP caducar, o que desagradaria aos parlamentares. A MP tem vigência até o dia 11 de outubro. Se não for aprovada pelo Congresso até essa data, perde a validade.

O relator da MP, deputado Newton Cardoso Júnior (PMDB-MG), participou da reunião pela manhã. O deputado disse que o presidente afirmou que aguardava dados da Receita Federal sobre a arrecadação com o programa para decidir se deixará a MP

perder a validade sem ser votada antes. "Falei para o presidente: se a Receita está satisfeita com arrecadação, tudo bem, que o senhor prepare uma resposta para o Congresso para explicar por que não vai votar", disse Cardoso Júnior.

Temer terá de explicar a Congresso se decidir não votar MP do Refis, diz relator

22/09/2017 – Fonte: Tribuna PR

Relator da Medida Provisória (MP) que cria o Novo Refis, o deputado Newton Cardoso Júnior (PMDB-MG) disse nesta quinta-feira, 21, que o presidente Michel Temer terá que explicar ao Congresso Nacional caso decida não votar a proposta. Segundo o peemedebista, em reunião pela manhã no Palácio do Planalto, Temer afirmou que aguarda dados da Receita Federal sobre a arrecadação com o programa para decidir se deixará a MP perder a validade sem ser votada antes.

"Falei para o presidente: se a Receita está satisfeita com arrecadação, tudo bem, que o senhor prepare uma resposta para o Congresso para explicar por que não vai votar", disse Cardoso Júnior.

A declaração foi dada em entrevista à imprensa na Câmara, após o peemedebista chegar do Palácio do Planalto, onde se reuniu com Temer, o líder do governo na Casa, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), e outras lideranças da base aliada para discutir a MP do Refis.

O relator afirmou que seu "sentimento" é de que a equipe econômica não quer votar a medida, pois já teria arrecadado o suficiente com o programa. Cardoso Júnior disse, porém, que Temer não deixou claro na conversa no Planalto seu posicionamento.

"O presidente não falou nenhuma coisa nem outra. Ele disse que esperaria a Receita trazer os números para tomar a decisão", afirmou. Segundo o peemedebista, Temer o chamou para uma nova reunião na tarde desta quinta-feira para anunciar a decisão.

Cardoso Júnior afirmou que uma eventual decisão do governo de deixar a MP caducar não deve afetar a votação na Câmara da segunda denúncia contra Temer apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR). "Para a denúncia, não. Mas estressa muito a base, porque se criou muito a expectativa", afirmou. "A Receita puxou o tapete do líder Aguinaldo Ribeiro, porque deu espaço para discutir a matéria e depois puxou o tapete dele", acrescentou.

De acordo com o relator, a Receita tem usado como argumento para uma eventual desistência da matéria, caso o texto original da MP seja alterado, que terá de devolver recursos para contribuintes que já aderiram ao programa pelas regras originais. "É um abuso da inteligência dos congressistas", afirmou, ressaltando que não há devolução dos recursos, pois esses contribuintes apenas abaterão os valores das parcelas seguintes que pagarão referentes a multas e juros que incidem sobre a dívida.

Base se articula para pressionar Fazenda por novo Refis

22/09/2017 – Fonte: Tribuna PR

A base aliada do governo Temer se articula para reagir, caso a equipe econômica deixe caducar a renovação do Refis, programa de parcelamento tributário para devedores da União. Segundo os parlamentares, o governo estará "cavando" um problema com a base de apoio e com o empresariado.

Com o desempenho positivo na arrecadação, o Ministério da Fazenda tem defendido a não aprovação do novo Refis. O prazo para adesão de empresas ao programa termina

em 29 de setembro, mas os parlamentares da base de apoio pedem que o prazo de renegociação de dívidas seja estendido até o dia 31 de outubro.

Um dos deputados envolvidos nas negociações sobre o Refis, Alfredo Kaefer (PSL-PR) afirmou que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) disse que fará todos os esforços para votar a MP na próxima terça-feira, dia 26, para que a proposta siga para o Senado, onde precisa ser votada antes de 11 de outubro, quando perde a validade. "Os empresários estão esperando e vão ficar frustrados se isso acontecer. Não vai ser bom para o governo", disse.

Kaefer afirmou que, nesta quarta-feira, 20, circulou nos bastidores notícia de que a equipe econômica quer deixar a MP caducar, pois já teria arrecadado cerca de R\$ 6 bilhões com o programa até agora, de acordo com as regras previstas no texto original da proposta. "Mas ninguém falou oficialmente isso", ponderou.

O líder do governo na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), afirmou nesta quinta-feira, 21, que trabalha para votar na próxima semana, no plenário da Casa, a medida provisória (MP) que cria o novo Refis.

Ribeiro admitiu que, se o governo deixar a proposta caducar, haverá insatisfação entre os parlamentares da base aliada, o que não é bom em meio à expectativa da chegada à Câmara da segunda denúncia contra o presidente Michel Temer apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

Horário de verão: internautas vão decidir em enquete se ele acaba ou continua

22/09/2017 – Fonte: Tribuna PR

De acordo com estudos, mudança na rotina das pessoas é improdutivo já que em horário não promove economia de energia

A continuidade da aplicação do horário de verão será uma decisão da Presidência da República. Após a conclusão de estudos que mostram que o horário de verão não proporciona economia de energia, o Ministério de Minas e Energia (MME) decidiu encaminhar a questão para instâncias superiores.

Prevendo polêmica, já que o assunto divide opiniões e tem amantes e detratores, o governo estuda fazer uma enquete nas redes sociais para deliberar sobre o assunto. O ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, evitou dar um posicionamento prévio.



O presidente Michel Temer é quem vai bater o martelo sobre a questão, segundo apurou o Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado. Se vigorar neste ano, o horário de verão começa em 15 de outubro e termina em 17 de fevereiro.

"Tendo em vista as mudanças no perfil e na composição da carga que vêm sendo observadas nos últimos anos, os resultados dos estudos convergiram para a constatação de que a adoção desta política pública atualmente traz resultados próximos à neutralidade para o consumidor brasileiro de energia elétrica, tanto em relação à economia de energia, quanto para a redução da demanda máxima do sistema", informou o MME.

“Desta forma, o MME encaminhará o assunto à Casa Civil para avaliação da pertinência da manutenção do horário brasileiro de verão como política pública nos próximos anos, considerando a influência nos demais setores da sociedade”, acrescentou o ministério. A conclusão dos estudos sobre a aplicação do horário de verão já havia sido informada pelo Broadcast em junho. Na época, o MME já havia constatado que a mudança nos hábitos do consumidor e o avanço da tecnologia tornaram inócua a economia de energia que o horário de verão proporcionava no passado. Autoridades do setor elétrico atribuíram sua manutenção a “questões culturais”.

De acordo com esses estudos, não é mais a incidência de luz natural que influencia os hábitos do consumidor, mas, sim, a temperatura. A popularização dos aparelhos de ar-condicionado é uma das principais razões dessa mudança.

Como o calor é mais intenso no fim da manhã e início da tarde, os picos de consumo são registrados atualmente nesse período. De acordo com dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o horário de ponta ocorre entre 14h e 15h, e não mais entre 17h e 20h.

No passado, o horário de maior consumo de energia era registrado entre 17h e 20h, quando os trabalhadores retornavam para casa e tomavam banho. Para dar mais folga e segurança ao sistema, adiantar os relógios em uma hora permitia, por exemplo, adiar o acionamento da iluminação pública nas ruas. Isso deslocava parte da demanda e diminuía a concentração do uso de energia, reduzindo custos do sistema elétrico.

Em 2016, de acordo com dados do MME, o horário de verão durou 126 dias e gerou uma economia de R\$ 159,5 milhões ao sistema. O custo é considerado irrelevante para o setor. A primeira vez que o País o adotou foi em 1931. Desde 1985, ele foi aplicado todos os anos.

Nos países desenvolvidos, o horário de verão é mais extenso do que no Brasil. Na Europa, vigora de março a outubro; nos Estados Unidos, México e Canadá, de março a novembro; na Austrália, de outubro a abril; na Nova Zelândia, de setembro a abril.

Plano Nacional de Logística será levado a consulta pública em outubro

22/09/2017 – Fonte: Tribuna PR

A Empresa de Planejamento e Logística (EPL) colocará em consulta pública a partir de outubro o Plano Nacional de Logística. O documento elaborado pela estatal prevê a necessidade de R\$ 132,6 bilhões em investimentos nos diversos modais de transporte, como ferrovias, rodovias e hidrovias e identifica gargalos a serem superados no setor. Inicialmente, o plano vai estabelecer diretrizes a serem cumpridas até o ano de 2025. Já nos anos seguintes, o documento será atualizado considerando os aportes já efetivados e as novas demandas de infraestrutura do País.

“Estudamos todos os modais e todos os gargalos que envolvem um sistema dessa magnitude. Temos várias propostas de hierarquização dos investimentos para serem validadas pela sociedade”, comentou nesta quinta-feira, 21, o presidente da EPL, José Carlos Medaglia Filho, durante Seminário de Infraestrutura de Transporte Ferroviário, organizado pela Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Metrô (Aeamesp).

Medaglia enfatizou que o plano foi elaborado para atender às diversas necessidades logísticas da sociedade, e não foi apenas baseado em estudos sobre o custo do frete entre trechos específicos, atendendo a interesses locais.

“Estamos em uma janela de oportunidade, em que podemos definir se vamos para um patamar de transportes superior, ou se vamos fazer mais do mesmo. Se não tivermos sucesso neste momento, nos condenaremos a uma situação distante das melhores práticas do País”, enfatizou.

Montadora sul-coreana Ssangyong retorna ao Brasil no início de 2018

22/09/2017 – Fonte: Bem Paraná

Pela terceira vez, a montadora sul-coreana Ssangyong anuncia sua chegada ao Brasil. A nova fase da operação está sob o controle do grupo JLJ, por meio da Venko Motors. O contrato de parceria estabelecido com a fabricante vale por 10 anos. Os carros da vez serão a picape Actyon Sports e os utilitários Korando, Tivoli e XLV. As vendas estão previstas para começar no primeiro trimestre de 2018.

Os modelos Ssangyong começaram a ser vendidos no Brasil em 1995, quando um grupo com sede em Barbados importou os primeiros lotes de forma independente. Essa operação foi encerrada em 1998. Em 2001, o grupo Districar assumiu as importações e trouxe 16,5 mil carros ao Brasil até 2015. Em 2012, ano em que passou a vigorar o regime automotivo Inovar-Auto —com incentivos à produção local e restrições aos importadores—, a empresa chegou a anunciar a intenção de montar o SSangyong Korando em Linhares (ES).

A linha de produção seria dividida com os pequenos utilitários chineses das marcas Changan e Haima, também representados pela Districar. Contudo, a iniciativa não foi adiante. Com a queda nas vendas e a alta do dólar, a parceria entre Ssangyong e Districar foi encerrada. De acordo com Gerson Pittori, novo presidente da montadora sul-coreana no Brasil, as pendências do antigo importador não serão "herdadas" pela Venko Motors.

PÓS-VENDA O primeiro desafio da marca será recuperar a confiança dos consumidores. A empresa oferecerá serviços de pós-venda mesmo para proprietários de carros mais antigos, como os exóticos Ssangyong Musso que foram vendidos na década de 1990.

"Verificamos que o índice de satisfação dos clientes brasileiros é elevado, nosso foco ainda em 2017 estará no pós-venda", afirma Pittori. O principal modelo desse retorno será o utilitário compacto Tivoli. O modelo tem dimensões semelhantes às do Jeep Renegade e é oferecido no exterior com motores a diesel ou a gasolina. O preço inicial não foi divulgado, mas estima-se que custará por volta de R\$ 80 mil.

A Venko Motors espera ser beneficiada pelo programa Rota 2030, cujas bases serão anunciadas em breve. As novas regras para o setor automotivo incluem o fim da sobretaxa de 30% no IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para veículos importados de fora do Mercosul que excedem uma cota pré-estabelecida de 4.800 unidades.

ANTES, OS CHINESES A Venko Motors foi representante da chinesa Chery no mercado brasileiro entre 2009 e 2012. A empresa chegou a ter 120 concessionárias e vender 55 mil veículos, como os modelos Tiggo e QQ.

Quando os chineses assumiram a operação nacional e anunciaram a construção da fábrica de Jacareí (a 84 quilômetros de São Paulo), a Venko renegociou o contrato e passou a comercializar os utilitários da marca Rely, divisão de veículos comerciais da Chery. Contudo, as vendas foram interrompidas em 2016, devido à crise e à falta de crédito para consumidores no setor automotivo.

SsangYong faz novo começo no Brasil

22/09/2017 – Fonte: Automotive Business

Com apostas no fim da sobretaxação sobre veículos importados (a partir de 2018 com o encerramento do Inovar-Auto), câmbio estável, mercado em via de voltar a crescer

e demanda em alta por modelos SUVs, a coreana **SsangYong decidiu começar de novo no Brasil**, após duas tentativas anteriores, em 1995-1998 e 2001-2015.



Gerson Pittorri preside a operação da SsangYong em sua nova tentativa no Brasil, com aposta no novo SUV compacto Tivoli

Desta vez a marca será representada no País pela Venko Motors, do Grupo JBJ – mesma empresa que introduziu e representou a chinesa Chery no mercado brasileiro de 2009 a 2012, quando a operação foi assumida pela própria fabricante. A Venko firmou com a SsangYong um contrato de representação válido por 10 anos, renovável por períodos subseqüentes de cinco anos.

A missão inicial será reconstruir a imagem entre os clientes brasileiros da SsangYong, que ficaram desassistidos depois que a Districar abandonou o negócio, em 2015, após ter vendido 16,5 mil veículos no País.

“Agora esses clientes são nossa responsabilidade. Assumimos o compromisso público de retomar as operações e oferecer todo o atendimento de pós-venda”, promete Gerson Pittorri, presidente da agora chamada SsangYong Brasil. “Também vamos atender todos que eventualmente ficaram sem garantia de fábrica (de três anos), assumindo o tempo que ficou faltando”, afirma o diretor de operações Marcelo Fevereiro.

“Nossa intenção é dar segurança aos consumidores para retomar a confiança deles na marca”, completa. (Para mais informações o novo site da marca no País pode ser acessado no endereço [www.ssangyongbrasil.com.br/.](http://www.ssangyongbrasil.com.br/))

“Pedimos sinceras desculpas aos clientes que ficaram sem assistência. Isso aconteceu porque o distribuidor anterior teve problemas financeiros. Os altos impostos do Inovar alto e a alta da taxa de câmbio tornaram o negócio inviável naquela época”, disse Jong Dae Lee, diretor geral de exportação da SsangYong, que veio ao País para o relançamento da marca.

“São os consumidores antigos da marca que agora formarão a base para conquistar novos. Acredito que podemos recuperar nossa imagem com bom atendimento e os produtos de qualidade que vamos oferecer”, completou. “Negociamos preços competitivos para essa reentrada, quase no mesmo nível de competidores nacionais, para revitalizar a rede, restaurar a confiança e reparar os erros do passado.”

Fevereiro informou que para garantir as promessas a Venko já fez quatro ciclos de importação de peças e preparou um centro de distribuição de 10 mil metros quadrados em Salto (SP), sede da empresa importadora, e credenciou 16 pontos de atendimento remanescentes das duas fases anteriores no Brasil. Até janeiro o objetivo é ter 30 concessionárias de serviço completo credenciadas e chegar a 50 no fim de 2018.

NOVOS PRODUTOS E POSICIONAMENTO

No primeiro trimestre de 2018, quando cessa a sobretaxação do Inovar-Auto, a SsangYong vai começar a vender quatro modelos por aqui, a picape média Actyon Sports e o SUV Korando, de tamanho similar e com a mesma motorização 2.2 diesel Euro 6 de 185 cavalos, transmissão automática Aisin de seis marchas e tração 4x4.



O SUV compacto Tivoli: design atraente e acabamento interno refinado

Na sequência devem chegar dois modelos a gasolina para brigar no aquecido e concorrido mercado brasileiro de SUVs pequenos, o Tivoli e seu derivado estendido XLV, construídos sobre nova plataforma global da SsangYong, ambos equipados com motor 1.6 de 128 cavalos e câmbio automático de seis velocidades. Todos passam desde o início de 2017 por processo de homologação no Denatran, que dever ser concluído até o fim do ano.

No primeiro ano, a projeção é vender 3 mil unidades, mas os coreanos esperam por retomada maior. "Queremos expandir constantemente nossa presença aqui porque o Brasil segue sendo um mercado importante, por isso sempre quisemos voltar. Somos especialistas em SUVs e picapes e esperamos aproveitar a demanda aquecida desse segmento no País com vários lançamentos", afirma Lee.



A picape média Actyon Sports chegará com motor diesel 2.2 Euro 6 de 185 cv, câmbio automático e tração 4x4

O executivo afirmou que no momento não há planos de produção local, mas que "no futuro isso poderá acontecer se existir demanda". Ao menos nos próximos anos a operação da SsangYong na Coreia parece ter condições de atender o mundo todo. As fábricas próprias de motores e de montagem final no país asiático na deverão produzir perto de 170 mil unidades este ano, mas com ajustes e adoção de mais turnos de trabalho a capacidade pode chegar ao máximo de 300 mil/ano. Boa parte da produção é exportada: em 2016, de 156 mil veículos vendidos, a SsangYong embarcou 53 mil para outros países, 24 mil (44%) deles para a Europa.

Para a América do Sul, no ano passado a SsangYong exportou 11 mil veículos e os maiores compradores foram os chilenos (7 mil). "Com o Brasil temos expectativa que nossos volumes podem crescer bem mais na região", avalia Lee. Ele recorda que em 2011, no melhor ano no mercado brasileiro, foram emplacados 7 mil carros da marca.

Nos últimos anos em que esteve fora do Brasil a SsangYong renovou todo o seu portfólio de produtos. O design exótico de seus modelos parece ter ficado no passado. Aparência e acabamento melhoraram muito, hoje não ficam devendo em nada a marcas premium internacionais.

A tecnologia de powertrain atualmente tem desenvolvimento próprio, mas conta com legado de 10 anos de parceria tecnológica com a Mercedes-Benz. Com os novos SUVs e "preços competitivos", Marcelo Fevereiro avalia que os carros da coreana vão concorrer com Jeep Compass e Renegade, Honda HR-V, Nissan Kicks e compatriotas como Kia Sportage e Hyundai Creta e ix35.



DAF quer dobrar a rede de concessionárias até 2022

22/09/2017 – Fonte: Automotive Business



Com ambiciosa meta de multiplicar em dez vezes sua atual frota circulante, de 2 mil para 20 mil caminhões em 2022, a **DAF** planeja com minúcia a expansão de sua **rede de concessionárias** no Brasil. O objetivo também ambicioso é dobrar o total de vendas, que chegará a 22 no fim deste ano, para 45 em até cinco anos.

As 21 casas que operam atualmente pertencem a 13 grupos investidores e já cobrem 85% do território nacional. Além disso, há outros sete postos autorizados, concentrados na região Nordeste e em Minas Gerais.

“A rede DAF investiu até agora R\$ 200 milhões no Brasil e este valor vai aumentar consideravelmente nos próximos anos”, afirma o diretor de desenvolvimento da rede DAF no Brasil, Adcley Souza. Ele explica que estão previstas mais três unidades – Contagem e Uberlândia (MG) e Campo Grande (MS) – que somam investimento total de R\$ 14 milhões.

A Caiobá Trucks, em Campo Grande, investiu R\$ 8 milhões e entra em operação nos próximos dias. Ela ajudará a sustentar os negócios no Mato Grosso do Sul, atendendo grande parte de um dos maiores estados em produção de grãos e agropecuário. Por sua vez, a unidade Via Trucks, em Contagem, aumentará em quatro vezes sua capacidade de atendimento com relação à unidade onde está instalada atualmente.

Nela, o grupo aplicou R\$ 4 milhões. Na de Uberlândia, o Grupo Somafértil investiu R\$ 2 milhões em uma revenda que cobrirá toda a região do triângulo mineiro. Além das vendas, a empresa contará ainda com mais três novos postos autorizados, em Duque de Caxias (RJ), Recife (PE) e Ji-Paraná (RO), somando dez postos até o fim de 2017.

A equipe de pós-venda também está se planejando para acompanhar o crescimento da rede, expandindo seu portfólio de produtos e serviços. Entre eles, está o novo sistema Histórico do Caminhão, que demandou investimento de R\$ 500 mil no seu desenvolvimento. Como o nome diz, permite um acompanhamento de todas as manutenções realizadas nos caminhões, controlando assim a procedência de peças e mão de obra nos reparos.

“O Histórico do Caminhão nos ajudará a avaliar a fidelidade dos nossos clientes, que se tornará em benefícios, como descontos ou promoções. Além disso, emitiremos um certificado da vida do caminhão e de suas manutenções, o que contribuirá certamente para o valor de revenda do veículo”, afirma o gerente nacional de pós-venda da DAF, Marlon Maues.

PEÇAS TRP: FONTE DE RECEITA

Uma exclusividade que a DAF comemora e muito em seu portfólio é a linha de autopeças TRP, da divisão Paccar Parts, que no Brasil já recebeu investimento de R\$ 100 milhões em desenvolvimento. Atualmente, a linha multimarca abastece o mercado de reposição para caminhões Iveco, Mercedes-Benz, Scania e Volvo, além das carretas Guerra e Facchini. Com um armazém localizado ao lado da fábrica de caminhões em Ponta Grossa, com capacidade para 10 mil itens, a linha conta com 93% de fornecedores do Brasil, o que garante disponibilidade de peça em 99,5% dos casos.

Segundo o diretor da Paccar Parts no Brasil, Carlos Tavares, a divisão triplicou seu volume de vendas neste ano e a estimativa é de que em 2018, os negócios dobrem. Ele acrescenta que o diferencial não é só oferecer a peça, mas oferecer também o serviço para os caminhões da concorrência.

O diretor comercial da DAF, Luis Gambim, complementa dizendo que de 60% a 70% dos serviços realizados pela rede provém da linha TRP. "É uma estratégia assertiva por parte da DAF, que ainda não possui uma frota muito grande". A DAF possui cerca de 2 mil caminhões circulando no Brasil.

Gambim conta ainda que a exemplo do que acontece no exterior, onde a Paccar Parts possui lojas exclusivas para a linha TRP, a DAF do Brasil está realizando testes, com alguns pilotos em São Paulo. A ideia é estar presente onde não há concessionárias DAF, mas que a empresa possa prestar serviços de troca.

São 35 linhas de produtos com 800 peças diferentes, entre filtros, itens de suspensão, freio, acessórios, correias, tensionadores, turbo, embreagem e bombas d'água e outros. Ainda neste ano, serão lançadas mais seis linhas e cinco ampliações de produtos. Todo portfólio TRP conta com um ano de garantia, mas a partir da Fenatran, que abre as portas entre 16 e 20 de outubro, a linha de turbos passará a ter 2 anos de garantia.

Lifan se diz preparada para a Rota 2030

22/09/2017 – Fonte: Automotive Business



Mark Timber é presidente mundial da Lifan

A **Lifan** ainda aguarda a definição da política industrial Rota 2030 para tomar algumas decisões, como a montagem no Uruguai de seus dois novos SUVs para o Brasil ou a importação direta, mas acredita que está pronta para atender qualquer nova regulamentação. Foi o que demonstrou o presidente mundial da Lifan, Mark Timber, em entrevista exclusiva a **Automotive Business** durante convenção mundial de seus concessionários.

Questionado sobre a possibilidade de novas regras que dificultem sua operação atual no Brasil (trazendo do Uruguai carros montados parcialmente por lá em uma pequena fábrica), Timber se diz tranquilo: "Acredito que não nos afetará porque os principais focos da Rota 2030 são eficiência energética e segurança e estamos prontos para isso. Já atendemos aos principais padrões estabelecidos nesse sentido pela Europa."

Timber também está disposto a suportar mais cinco anos vendendo pouco e eventualmente operando no vermelho, como ocorreu nos anos recentes: "Já vivemos isso desde que começamos (em 2013) e estamos preparados para suportar essa fase." O executivo estima no mínimo 5 mil unidades para o Brasil em 2018, o que resultaria em crescimento de quase 50% do que a empresa conseguiu emplacar em 2016.

Ele também espera crescer aos poucos até 2022, como ocorrerá com o mercado brasileiro como um todo.

Fábrica no Brasil? "Só quando o mercado local abosorver 15 mil ou 16 mil carros por ano", diz. Enquanto isso não ocorrer a Lifan abastecerá o Brasil com sua fábrica uruguaia, onde o utilitário esportivo X60 e o sedã LF 530 são montados em regime SKD (carrocerias chegam da China semidesmontadas, já armadas e pintadas).

Lá são montadas as partes móveis, os motores e outros componentes. Também há exigência de uso de itens regionais. Por exemplo, as rodas do X60 são feitas no Brasil pela Neo Rodas. Timber admite até mesmo futuros investimentos na planta uruguaia. "Mas o gatilho para isso é o aumento de volume, o desafio é vender mais", conclui.

PEQUENA, MAS NEM TANTO

A Lifan é um pequeno fabricante chinês de automóveis baseado em Chongqing. Sua capacidade instalada é de 500 mil carros por ano. Em 2016 vendeu cerca de 115 mil unidades em todo o mundo e deve atingir 130 mil em 2017. Produz seus carros em quatro fábricas na China e em outras unidades na Rússia, Azerbaidjão, Iraque, Irã, Etiópia e Uruguai. Seus modelos são vendidos em cerca de 40 países.

O principal mercado é a própria China. A Rússia ocupa o segundo lugar, a Argentina o terceiro, o Irã o quarto e o Brasil o quinto. A empresa começou atuando com motocicletas e é um grande produtor chinês desse segmento. Fabrica quase 20 modelos de motos, é fornecedora de diferentes motores e também faz motobombas e geradores portáteis. A companhia atua ainda nos setores financeiro e imobiliário.

Votorantim Metais faz pedido de oferta de ações em Nova York e Toronto

22/09/2017 – Fonte: Automotive Business

Votorantim Metais passará a se chamar Nexa Resources e terá sede em Luxemburgo; IPO deverá ajudar o grupo Votorantim a reduzir dívida de cerca de R\$ 15 bilhões.

A Votorantim Metais fez nesta quinta-feira (21) um pedido de oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) em Nova York e Toronto. A controladora Votorantim S.A. está vendendo uma quantidade não revelada de ações no IPO da Votorantim Metais, que passará a se chamar Nexa Resources e terá sede em Luxemburgo.

Com a oferta, a empresa aposta que a recuperação dos preços de zinco, cobre, chumbo e prata pode atrair investidores para a empresa.

Outros termos do IPO, incluindo tamanho ou faixa indicativa de preço não foram informados no pedido.

A Reuters publicou em 10 de abril que a companhia planejava um IPO e em 12 de julho informou que a produtora de metais estava planejando uma oferta de US\$ 750 milhões, que avaliaria a empresa em US\$ 4 bilhões.

O IPO deverá ajudar o grupo Votorantim a reduzir dívida de cerca de R\$ 15 bilhões.

A Votorantim e a Votorantim Metais contrataram JPMorgan , Morgan Stanley, Credit Suisse, BMO Financial, Bank of America, Citigroup, Bank of Nova Scotia, Bradesco e Credicorp.

Seco oferece novas fixações Steadyline para trabalhos com grandes diâmetros

22/09/2017 – Fonte: CIMM

A [Seco Tools](#) anunciou hoje (21) que seu sistema de fixação Steadyline para amortecimento de vibrações agora inclui barras de torneamento/mandrilamento com 60 mm e 80 mm de diâmetro que consistem em uma solução confiável e de fácil utilização para aumentar a produtividade em operações com furos grandes e profundos.

Esses tamanhos maiores são ideais para uso em aplicações de óleo e gás, bem como para a usinagem geral de peças que exigem grandes projeções de até 600 mm, com barras de 60 mm de diâmetro, ou de 800 mm, barras de 80 mm de diâmetro.



As barras de torneamento/mandrilamento Steadyline para grandes diâmetros apresentam uma conexão BA e incluem um adaptador BA para montar cabeças de torneamento GL50. Patentada e versátil, a conexão GL da Seco possui uma interface com face cônica polilobular para precisão de centralização, 100% de repetibilidade e rapidez na troca das ferramentas. A conexão GL permite que as empresas executem operações estáticas e rotativas com a mesma barra.

O avançado sistema de fixação Steadyline para amortecimento de vibrações absorve as vibrações antes que elas se propaguem pela barra. Uma vez ajustada a barra de torneamento, os usuários podem montar e remontar as cabeças da ferramenta sem necessidade de reajustar a ferramenta.

O Steadyline está disponível em barras nos tamanhos 6xD, 8xD e 10xD e em vários tipos, inclusive Seco-Capto C6, C8 e HSK-T. O sistema também apresenta cabeças de mandrilar compactas com a conexão GL. As barras e as cabeças têm canais de refrigeração que otimizam a remoção dos cavacos.

Para mais informações sobre as soluções Steadyline da Seco para amortecimento de vibrações para diâmetros maiores, entre em contato com um representante local da Seco ou acesse o [link](#).

Ricoh moderniza fábrica e aumenta produtividade substituindo ferramentas metálicas por peças customizadas e mais leves impressas em 3D

22/09/2017 – Fonte: CIMM

Gabaritos e acessórios customizados e mais leves são impressos em 3D em apenas um dia, enquanto as ferramentas produzidas em metal por terceiros levavam duas

semanas para ficar prontas. Esta substituição fez com que a Ricoh melhorasse a eficiência da produção de suas impressoras de grandes formatos.

A eficiência e a satisfação dos operadores também melhorou significativamente, o que estimulou a modernização dos processos produtivos da Ricoh.



A **Stratasys**, empresa de soluções de impressão 3D e manufatura aditiva, anuncia que a Ricoh do Japão está substituindo ferramentas tradicionais e gabaritos de metal por acessórios impressos em 3D customizados para a linha de montagem do seu Centro de Tecnologia de Produção - aperfeiçoando a eficiência e minimizando erros manuais. A linha de montagem, localizada na área nordeste da Ricoh Industries, na prefeitura de Miyagi, no Japão, é dedicada especificamente à produção de impressoras de grandes formatos.

Ao produzir ferramentas duráveis em termoplástico ABS na impressora 3D Stratasys Fortus 900mc Production, a Ricoh consegue customizar cada ferramenta, reproduzindo com precisão a geometria da peça e reduzindo seu peso total. Isso permitiu à empresa acelerar o processo de fabricação no qual cada operador administra, em geral, mais de 200 peças por dia.

Isto é importante porque a Ricoh desenvolve e produz equipamentos de escritório de alta qualidade, como copiadoras, escâneres e projetores. E a natureza competitiva da indústria eletrônica a levou a buscar novas formas de acelerar o lançamento de produtos, mantendo ou reduzindo seus custos de produção.

"Como estamos produzindo um número enorme de peças, é preciso muito tempo e esforço para identificar os gabaritos e acessórios específicos para cada equipamento. Este processo manual tornou-se ainda mais longo à medida que o número de componentes cresce, exigindo que um operador examine a forma, a orientação e o ângulo de cada peça, antes de retirar uma ferramenta e colocá-la novamente em seu dispositivo original", afirma Taizo Sakaki, gerente sênior de Desenvolvimento de Negócios do Grupo Ricoh.

Segundo ele, os operadores estavam ocasionalmente aborrecidos com as muitas ferramentas diferentes e a Ricoh procurou uma maneira de agilizar a produção de ferramentas para equiparar com a programação de linha de montagem. "Agora, com a impressão 3D da Stratasys, nós podemos customizar as ferramentas e gabaritos de acordo com as peças e produzi-las *sob demanda*, o que nos ajuda a reestruturar e modernizar nosso processo de produção", explica Sakaki.

Liberdade de design geométrico: otimize sua linha de montagem com a impressão 3D de gabaritos e acessórios

Antes da impressão 3D, a Ricoh terceirizava a produção de ferramentas de corte da máquina, o que demorava duas semanas ou mais. Agora, os operadores da Ricoh podem determinar a forma e a geometria de um acessório, que corresponde à sua parte associada, por meio do software CAD 3D e imprimir em 3D em um dia.

Isso deixa os operadores com mais tempo para atender a outras estações. Além disso, novos colaboradores podem, agora, se adaptar às ferramentas e às estações de

trabalho em dois dias, o que anteriormente levava pelo menos uma semana. Os gabaritos e acessórios também são muito mais leves, para que os trabalhadores possam usá-los por um longo período de tempo sem fadiga.

"A solução de impressão 3D Stratasys Fortus 900mc Production nos permite realizar projetos que são difíceis de replicar com métodos de corte convencionais, como interiores ocos, curvas ou formas complexas. Além disso, o material usado para impressão em 3D das peças é muito forte e antiestático, o que é importante devido a grande quantidade de componentes eletrônicos que estamos montando, aumentando as vantagens da solução de impressão 3D da Stratasys", reforça Sakaki.

Um catalisador de inovação com a Manufatura Digital

A linha de montagem de impressoras de grandes formatos da Ricoh foi pioneira na adoção da manufatura digital e a empresa continua a explorar áreas nas quais a impressão 3D pode ser aplicada para acelerar os fluxos de trabalho, como moldagem e produção de baixos volumes, a fim de liberar mais recursos e ampliar o alcance para sua base diversificada de clientes.

"A Ricoh acredita nesta tecnologia e estamos muito satisfeitos em liderar a indústria na adoção de inovação em nossos negócios. Nossa linha de produção se tornou mais flexível e está organizada de forma mais eficiente, além de nossos operadores estarem todos felizes com isso", diz Masami Hirama, diretor do Centro de Inovação de Produção da Ricoh.

A Stratasys, por sua vez, está sempre empenhada em ajudar seus clientes a superar os desafios e obstáculos dos fluxos de trabalho e dos processos tradicionais com um ecossistema completo, que inclui expertise, tecnologias e serviços de impressão 3D. "A Ricoh ilustra perfeitamente a forma como as ferramentas de fabricação impressas em 3D com as tecnologias de manufatura aditiva da Stratasys capacitam os fabricantes a ganhar eficiência e flexibilidade, tornando-se cada vez mais competitivos", comenta Omer Krieger, presidente da Stratasys para o Japão e Ásia.

Krieger completou ainda que os gabaritos e acessórios customizados impressos em 3D desempenham papel importante ao possibilitar que as empresas lancem os produtos no mercado mais rapidamente, sendo um ótimo exemplo de como a Stratasys aplica inovação significativa aos objetivos e aspirações dos fabricantes. "Sempre que você pode reduzir um processo de semanas a dias - essa é uma solução que vale a pena explorar", completa o executivo da Stratasys.